

QUANTO ÀS CATEGORIAS E AOS CONCEITOS

DE LAS CATEGORÍAS Y CONCEPTOS

ABOUT THE CATEGORIES AND CONCEPTS

Antonio BERNARDES

Doutorando em Geografia pela UNESP-FCT, campus de Presidente Prudente-SP
Pesquisador/bolsista FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo)
antonio_h_bernardes@yahoo.com.br

Resumo: Buscamos colocar em discussão, por esta breve nota de pesquisa, o modo de concepção das categorias e dos conceitos levando em conta os procedimentos da razão – indução e dedução – e os níveis de entendimento do real – singular, particular e universal –, verificando sua instrumentalidade teórica dentro de uma lógica coerentemente concatenada como um modo de desenvolvimento de certa perspectiva para o mundo. Consideram-se duas perspectivas: a oniposicional e a posicional. Cada uma delas indica maneiras específicas de abordar a paisagem, o lugar, o território, a região e o espaço como categorias ou conceitos geográficos. O que incorre em uma maneira específica de conceber a Geografia.

Palavras-chave: perspectiva, método, categoria, conceito, Geografia

Resumen: Ponemos en discusión por esta nota de pesquisa el modo de concepción de las categorías y conceptos por los procedimientos de la razón – la inducción y la deducción – y los niveles de comprensión de lo real – singular, particular y universal – para verificar la instrumentalización teórica para una lógica coherente concatenada como una forma de desarrollar cierta perspectiva para el mundo. Considerase dos perspectivas: la oniposicional y la posicional. Cada una de ellas indica formas específicas para tratar el paisaje, el lugar, el territorio, la región y el espacio como categorías o conceptos geográficos. Lo que incurre en una forma específica de concebir la Geografía.

Palabras-claves: perspectiva, método, categoría, concepto, Geografía

Abstract: We are putting for discussion, in this short research note, the conception of categories and concepts by considering the procedures of reason – induction and deduction – and the levels of understanding of the real – singular, particular and universal – establishing the theoretical instrumentality of a logic concatenated coherently as a way of developing a certain perspective to the world. Consider two perspectives: the omnipositional and the positional. Each of them points out particular ways to approach the landscape, place, territory, region and space as categories or geographical concepts. This is a particular way to the understand Geography.

Keywords: perspective, method, category, concept, Geography

Dentre as diversas perguntas que podem emergir no decorrer das atividades de pesquisa, destacamos ao menos duas que irão nortear esta pequena digressão, às quais buscaremos apresentar na forma de nota de pesquisa. Uma delas seria: qual a diferença entre conceito e categoria, tanto por uma interpretação filosófica como por uma científica? A outra: qual ou quais são as perspectivas para o mundo que desenvolvemos quando trabalhamos com determinado método filosófico?

Indicar uma definição do que é categoria e, por conseguinte, conceito é antes de tudo colocar em discussão dois instrumentos intelectuais imprescindíveis a qualquer teoria. É questionar as bases de certa ciência por sua *episteme* em diálogo com a Filosofia. Todavia, tanto a categoria com o

conceito, assim como outros tantos termos, quando utilizados trivialmente possuem significações distintas daqueles das discussões filosóficas e científicas. Nesse caso, podemos indicar que a categoria é comumente utilizada para designar diferentes espécies do mesmo gênero e/ou distinguir certos fenômenos que apresentam uma mesma característica geral e o conceito indica algum objeto real pela determinação de alguns dos seus aspectos.

Segundo essa acepção de senso comum, podemos considerar que pela definição dos conceitos nos remeteremos, necessariamente, as categorias. Por exemplo: ao identificarmos e definirmos os carros, as motos, os caminhões, os ônibus etc. como conceitos, logo, teremos a categoria de veículos automotores. Por outro lado, apresentaremos duas concepções tomando como base certas definições filosóficas acerca das categorias: para Renouvier (apud LALANDE, 1999, p.141) “as categorias são as leis primeiras e irreduzíveis do conhecimento, as relações fundamentais que lhe determinam a forma e lhe regem o movimento.”; para Kant as categorias “são conceitos fundamentais mediante os quais se torna possível o conhecimento da realidade fenomênica.” (MORA, 1978, p.31).

Resguardamos dessas acepções o entendimento das categorias como formas fundamentais do pensamento para o conhecimento de certa realidade. Assim, para o conceito temos:

[...] deve distinguir-se entre o conceito, a palavra e o objecto. Se os conceitos podem ser o conteúdo significativo de determinadas palavras, essas palavras não são os conceitos, mas unicamente os signos, os símbolos das significações. Com efeito, há ou pode haver conceitos sem que existam as palavras correspondentes, bem como palavras ou frases sem sentido, que carecem das correspondentes significações. O conceito distingue-se também do objecto: se é verdade que todo o conceito se refere a um objecto num sentido mais geral deste vocábulo, o conceito não é o objecto, nem sequer o reproduz, mas é simplesmente o seu correlato intencional. Os objectos a que os conceitos se podem referir são todos os objectos, os reais, os ideais, os metafísicos e os axiológicos e, portanto, os próprios conceitos. Sendo todo o objecto, por conseguinte, um correlato intencional do conceito, deverá distinguir-se entre o objecto como é em si e o objecto como é determinado pelo conceito. Chama-se ao primeiro, objecto material, isto é, objecto material do conceito, e, ao segundo, objecto formal. Segundo a concepção anterior, a lógica trata predominantemente do objecto formal. (MORA, 1978, p.42)

O conceito é diferente da palavra que pode lhe auferir uma forma linguística, pois ele é o conteúdo significativo dessa, assim como, ele é diferente do objeto ao qual se refere, pois ele é o seu correlato intencional, ou seja, é a determinação e representação de algumas das características do objeto pela consciência. Diferentemente da categoria, o conceito indica certo objeto sensível pela determinação de algumas de suas características. A categoria é a determinação dos aspectos fundamentais daqueles eleitos para os conceitos.

A categoria define os modos de ser, enquanto o conceito define a ideia ou conjunto de ideias a respeito de alguma coisa ou fenômeno. O conceito é uma representação

do objeto pelo pensamento, por suas características gerais. Difere da definição, que é a determinação da compreensão do conceito.” (SILVA, 1986, p.28)

Afastando-nos das concepções de senso comum, identificamos a categoria como certa definição para os modos de ser, que é antes de tudo destacar aquilo que é fundamental para o ser-no-mundo, por outro lado, o conceito determina certo objeto ou fenômeno por algumas de suas características gerais. As categorias filosóficas de certo modo determinam o conteúdo dos conceitos e as sobrepõem concretamente. Utilizando um exemplo de Silva (1986, p.27): “para entender o conceito de trabalho em Marx, é preciso verificar as categorias que ele utiliza em seus escritos, a saber: contradição, determinação, valor etc.”.

Sob outros termos, podemos afirmar que o conceito indica a determinação de certo aspecto singular do real, ao qual atribuímos destaque e o relacionamos com outras singularidades, definindo certa particularidade e certa universalidade. A categoria possui a universalidade como um de seus principais aspectos. O procedimento que incorre para o estabelecimento da categoria é similar ao do conceito, conquanto, para esta, a determinação de certo aspecto do real é *fundamental*.

Tanto o conceito como a categoria podem ser definidos pelos diferentes níveis de entendimento do real – singular, particular e universal –, o que pressupõem a utilização dos procedimentos da razão – indução e dedução. Universalidade, singularidade e particularidade são categorias filosóficas e não devem ser confundidas com os procedimentos para as escalas cartográficas ou geográficas, por mais que elas se aproximem desta última. Retomando um exemplo utilizado por Engels é possível notarmos com mais clareza o movimento de pensamento do singular ao universal mediado pelo particular.

Podemos conceber o primeiro juízo como juízo singular: registra-se o fato singular (o fato que o atrito gera calor). O segundo juízo como particular: uma particular forma de movimento, a mecânica, mostrou-se a propriedade de transforma-se, em particulares circunstâncias (por atrito), em uma outra forma particular de movimento, o calor. O terceiro juízo é o universal: toda forma de movimento revela-se apta, aliás obrigada, a se transformar em outra forma de movimento. [...] De fato, todo conhecimento efetivo, completo, consiste apenas no seguinte: que nós, como pensamento, elevamos o singular da singularidade à particularidade e desta à universalidade, que nós reencontramos e estabelecemos o infinito no finito, o eterno no caduco. A forma da universalidade, porém, é forma fechada em si, isto é, infinitude; ela é a síntese dos muitos finitos no infinito. (ENGELS apud LUKÁCS, 1968, p.101)

Singular, particular e universal são três categorias de um silogismo dialético acerca do processo de entendimento do ser-no-mundo. O singular é o concreto absoluto ou o abstrato absoluto; o universal é concreto abstrato ou o abstrato concreto; o particular é o termo mediador do

silogismo que permite o estabelecimento de certo *tipo* contraditório aos outros dois termos. Para Engels deve-se, para quaisquer análises, partir do entendimento singular em direção ao universal.

Esse silogismo indica os níveis de entendimento do real – o entendimento nos aponta a análise, conforme colocado por Lefebvre (1975, p.104) –, que podem se cambiar em conformidade com o fenômeno pesquisado. Por outro lado, a indução e a dedução são procedimentos da razão – a razão nos indica a síntese, conforme nos aponta Lefebvre (1975, p.104). Se utilizarmos somente a dedução em determinada pesquisa, restringiremo-nos ao formal, pois se trata de uma generalização dos elementos fundamentais de determinado fenômeno, que pode levar a concepção de leis. A indução penetra mais profundamente no conteúdo e leva em conta o processo e as articulações das partes entre si e dessas com o todo. Mas, para ter em vista o todo é necessário partir da indução para se deduzir certos elementos e ao retornar pela indução às partes é possível evidenciar os elementos concretos e ao seu modo de articulação. A dedução nesse processo é qualitativamente diferente, ao considerar os elementos e os processos em sua concretude e contradição.

A totalidade como uno, como unidade sintética do diverso, como um momento da totalização, é também múltipla, pois possui como uma de suas faces os diferentes níveis de entendimento do real. A totalidade congrega o singular, o particular e o universal. A indução e a dedução são os procedimentos da razão utilizados para buscar reaver a totalidade des-totalizada pelo entendimento. Conquanto, a restituição do *todo*, por mais que sempre seja conjectural, é realizada levando em conta a contradição entre as partes, por isso, concreta.

A definição de certo aspecto do real é por princípio uma análise, destotaliza-se a totalidade para se buscar entender sua totalização, re-totalizando-a. A definição de certo aspecto singular do real é uma determinação a qual buscaremos deduzi-las em outras singularidades, para, por exemplo, conferir a extensão e periodicidade de certo fenômeno, definindo particularidades. A definição de certa particularidade é abstração concreta para uma singularidade determinada e, para uma universalidade, ela ainda é carente de elementos para o entendimento. Abstração concreta, porque pela análise induzimos as contradições singulares para o desenvolvimento de certa particularidade, ao mesmo tempo, em que a deduzimos como particular. O mesmo movimento ocorre para o estabelecimento do universal, conquanto este indica uma necessidade *fundamental*.

O primeiro pressuposto da teoria é a categoria, ou seja, a concreção do pensamento ao nível do universal. Por isso, no movimento, as categorias se sucedem no decorrer da afirmação ou da interrogação. [...] O segundo pressuposto da teoria é o conceito, que implica em uma maior concretude do que o das categorias.

De certo modo, o conceito é uma descrição teórico-prática da categoria e pode implicar em uma definição. Contudo, a definição é diversa do conceito. Ela é, de certo modo, o modo como se expressa a dimensão do conceito. (SILVA, 1999, p.1)

De acordo com Silva a categoria é mais concreta que o conceito, porque é mais abstrata, e, o conceito é mais empírico que a categoria, porque indica a materialidade. Retomando os termos de nossa discussão, a utilização de certa categoria permite a proeminência da dedução na construção do discurso, justamente porque ela indica um fundamento do real que perpassa os diferentes níveis do entendimento. O conceito, por sua vez, permite deduções, mas não tão abrangentes como pelas categorias, porque indica o empírico, a materialidade.

Categorias e conceitos são instrumentais teóricos que só possuem validade dentro de uma lógica concatenada coerentemente, teoria e método. Para se fazer a transposição de certas categorias e conceitos de métodos distintos, é necessário certo cuidado para não gerar uma incoerência teórico-metodológica, o que incorreria em interpretações inconsistentes da realidade. Ao considerarmos um determinado método filosófico, com seus princípios, teorias, categorias e conceitos, há a possibilidade da emergência de doutrinas, o que poderá vir a se constituir em paradigmas de pesquisa, ou seja, uma perspectiva interpretativa de mundo, difundida e aceita.

Poderíamos afirmar que a doutrina é menos rigorosa que o método, na medida em que possibilita um diálogo facilitado com outros métodos. Isso se a considerarmos não na sua acepção trivial, ou seja, como o conjunto de certas crenças e dogmas e sim num sentido menos rigoroso, como um conjunto de teorias que não se orientam somente pelas determinações de um método, como por exemplo: idealismo, empiricismo, racionalismo, materialismo, existencialismo, estruturalismo, pós-estruturalismo etc.

É principalmente pelas doutrinas que alguns pressupostos metodológicos são colocados em diálogo e quanto mais profícuo o for, mais difícil se torna a tarefa de determinar certo método. No entanto, a doutrina difundida, como paradigma, indica o modo como as categorias e os conceitos devem ser utilizados, ou seja, quem a emprega incidirá no desenvolvimento de uma perspectiva de mundo. Utilizar as categorias e os conceitos de certa doutrina filosófica acarreta que nos “amarremos” a uma perspectiva de mundo, a qual nos possibilitará certa interpretação do mundo.

Além da determinação paradigmática há de ser considerar que ao desenvolvermos pesquisas científicas estamos nos alinhando a uma divisão intelectual do trabalho e a um conjunto teórico coerentemente organizado.

Portanto, a categoria, como um concreto-ontológico, sempre deve dar conta do real, seja como universal, um particular ou singular. No caso da ciência, terá um significado relativo à divisão intelectual do trabalho, que é uma determinação histórica. Por isso sua dimensão é menor em relação às categorias filosóficas e não a uma determinação do pensamento lógico. (SILVA, 1986, p.28)

Silva destaca que as categorias filosóficas indicam abordagens de aspectos fundamentais mais amplos que as categorias científicas. Isso ocorre não por uma determinação do pensamento lógico e sim pela divisão intelectual do trabalho a qual nos somos herdeiros.

Nesse contexto, destacamos que certo paradigma – constituído pela concatenação lógica de doutrinas, teorias, categorias, conceitos etc. – aponta para certa perspectiva de entendimento do mundo em conformidade com certa problemática de pesquisa. Dentre as diversas possibilidades de identificação e denominação dessas perspectivas de mundo – neste caso, a perspectiva é entendida como o ponto de partida para quaisquer análises – propomos: a perspectiva posicional e a perspectiva oniposicional.

A rigor, a proposição destas distintas perspectivas para o mundo não nos cabe, pois elas foram desenvolvidas por Sartre em “Questões de método” (2002) para abordar o seu método regressivo-progressivo. Tomando-as sob outros termos, buscamos conservar o conteúdo da discussão que ele proporá. Assim, a perspectiva posicional é aquela em que o posicionamento prévio do espectador e/ou pesquisador, que antecede a quaisquer procedimentos racionais ou intelectuais. Ela pressupõe que o espectador seja um ser entre outros seres do mundo, ou seja, o ser que é homem deve ser no meio do mundo, de modo *factual*. A facticidade do Ser é posicional e se orienta de modo específico para o mundo.

A utilização do antepositivo latino *omni* para o substantivo posição não indica todas as posições possíveis, mas também, qualquer posição (Dicionário Houaiss, 2009). A perspectiva oniposicional possibilita o desenvolvimento de uma abordagem com centro de referências relativos, incita a eliminar a equação pessoal que sou, restituindo ao mundo o centro de referência mundano como qual o mundo se organiza. O mundo é reconstituído no terreno da racionalidade, abstraindo-me do mundo pelo pensamento ou me posicionando em relação a um dos termos identificados.

A adoção de uma ou outra perspectiva para o entendimento da realidade revela o modo de posicionamento prévio do pesquisador para o entendimento do mundo, logo, se pressupõe desenvolvimentos lógicos distintos. Pela perspectiva posicional não se deve haver distanciamentos do pesquisador para o pesquisado, ele é parte do próprio movimento que engendra o pesquisado. Ele é *estando* para o mundo em que ele analisa e não um depois do outro. O ser cognoscitivo não deve ser somente o próprio pesquisador que busca estabelecer o que é a realidade em determinado contexto de mundo pelas interpretações dos fenômenos e sim que o pesquisado seja o ser cognoscitivo e o mundo o qual o pesquisador busca interpretar e entender a sua realidade. O centro de referência para a perspectiva posicional é o ser-no-mundo e não o mundo para o ser-do-homem como ocorre pela perspectiva oniposicional.

Desse modo, as categorias geográficas podem sê-la ou não conforme o paradigma trabalhado, por exemplo: numa acepção oniposicional, apenas o espaço seria categoria, enquanto,

paisagem, lugar, território e região seriam conceitos. Por quê? Porque, por esse paradigma, o que importa é buscar entender o mundo pelos objetos como uma forma organizada de estruturas, no qual os homens são entendidos pelas intencionalidades atribuídas aos objetos e como elementos da estrutura. Eis que a categoria espaço é o concreto na sua forma mais abstrata que indica os aspectos fundamentais para os conceitos de paisagem, lugar, território e região. Há uma hierarquia de categorias e conceitos explícita neste tipo de abordagem. O pesquisador se coloca como uma espécie de ser ausente para o mundo, no intuito de entender as múltiplas características do mundo que ele analisa. Por outro lado, o ser-do-homem só pode o *ser*, necessariamente, no cotidiano de modo posicional. Negligenciar esta característica humana é se colocar como um *ser* além do próprio *ser*. É reificar aquilo que se *é* ao se colocar como uma essência destituída de existência, ou seja, uma consciência destituída da carne que a motiva como ser-no-mundo em prol da construção de um discurso distante do mundo, pois *somos* para o mundo.

Pela perspectiva posicional, o sujeito é posto no mundo, está condenado a viver no mundo. Sua perspectiva é singular, é a sua. Analisa o mundo em meio a um conjunto de significados por ele atribuídos e outros que lhe foram atribuídos como princípios de sociabilidade. Ele é totalidade em totalização para o mundo. O mundo é aquilo que indica *quem* ele *é* e ele indica *o que é* o mundo. Os conceitos emergem apenas como elementos que geram alteridade a sua consciência, como um processo de fundamentação contraditória, ademais são categorias. Estas últimas são frutos do empreendimento do entendimento na ânsia de saber quem se *é* no mundo, pois entender o mundo é, antes de tudo, buscar se entender. Paisagem, lugar, território, região e espaço são categorias geográficas derivadas do empreendimento do entendimento do ser-no-mundo. Por esta perspectiva, homem e meio são alguns dos principais conceitos geográficos.

Tanto para perspectiva oniposicional como para perspectiva posicional as categorias indicam as essências, o ser do fenômeno, e, os conceitos indicam as existências, o estar dos fenômenos. Elas são definidas tendo em vista o método e a doutrina utilizada para o desenvolvimento da pesquisa, assim como, principalmente, a perspectiva de mundo desenvolvida, que é uma forte indicação da postura do pesquisador, como ser-no-mundo. Assim, por uma coerência lógica paisagem, lugar, território, região e espaço serão considerados categorias ou conceitos, em conformidade com certa perspectiva de pesquisa.

Cabe salientar que a própria perspectiva do geógrafo pode ser considerada como particular, assim como, a dos biólogos, antropólogos, físicos, matemáticos etc. A particularidade a qual nos referimos aqui indica o modo de interpretação para certa ciência, pois a objetividade é a mesma para todos os cientistas, o que os difere é o seu respectivo modo de interpretação. Em cada ciência, também pode haver diferentes perspectivas particulares para uma mesma objetividade singular, o

que vai diferenciá-las é a contradição com a pretensa universalidade científica respectiva a cada ciência ou a ramos específicos de certa ciência.

Categorias e conceitos, que, muitas vezes, são considerados inerentes a certa ciência, são desenvolvidos pelas contradições das discussões internas e externas a esta. A história de certa ciência indica teorias e métodos, categorias e conceitos fundamentais para o entendimento da realidade, conforme o período histórico em que são desenvolvidos, mas, principalmente, indica certo paradigma de pesquisa dominante. É nesse entrevero que as categorias e os conceitos ganham relevância, pois possuem um valor histórico como instrumentais teóricos para o entendimento da realidade, mas, quando isolados do seu corpo teórico podem perder todo o seu sentido.

Presidente Prudente, 10h54min, 24 de outubro de 2011.

Ao embalo das insaciáveis digressões com minha companheira.

Referências

- LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal/lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1975.
- LUKÁCS, György. **Introdução a uma estética marxista: sobre a categoria da particularidade**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968.
- MORA, José Ferrater. **Dicionário de Filosofia**. Lisboa: Dom Quixote, 1978.
- LALANDE, André. **Vocabulário técnico e crítico da Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- SILVA, Armando Correa da. As Categorias como Fundamentos do Conhecimento Geográfico. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia. A. (Orgs.). **Espaço Interdisciplinar**. São Paulo: Nobel, 1986.
- HOUAISS (Instituto Antônio Houaiss). **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa 1.0**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. (1 CD-ROM)
- SARTRE, Jean-Paul. **Crítica da Razão dialética. Precedido por Questão de método**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

Recebido em: novembro de 2011.

Aceito para publicação em: janeiro de 2012.